

**CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA JUSTIÇA DO DISTRITO
FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS**

PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS JURÍDICOS

04/11/07

QUESTÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Com relação aos fundamentos do direito constitucional positivo, assinale a alternativa correta:
 - (A) o poder constituinte derivado decorrente significa a possibilidade de alterar o texto constitucional, considerando a regulamentação especial expressamente prevista em seu texto;
 - (B) o duplo grau de jurisdição pode ser questionado como garantia constitucional em sede de recorribilidade ordinária;
 - (C) uma associação pode impetrar mandado de segurança coletivo contra ato de autoridade desde o momento de seu registro legal;
 - (D) o ajuizamento de mandado de segurança coletivo impede o ajuizamento de mandado de segurança individual sobre a mesma matéria.

2. A respeito dos direitos fundamentais, assinale a alternativa correta:
 - (A) o exercício dos direitos fundamentais previstos no art. 5º da Constituição não admite qualquer tipo de limitação;
 - (B) a concretização normativa de um direito fundamental, realizada pelo legislador ordinário, será inconstitucional se limitar o exercício desse direito;
 - (C) os direitos fundamentais, enumerados no Título II da Constituição, compõem um sistema aberto;
 - (D) as cláusulas pétreas têm por finalidade última a preservação da redação de uma norma constitucional.

3. No tocante à disciplina constitucional da Súmula Vinculante do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta:
 - (A) as matérias sujeitas à edição de súmulas vinculantes circunscrevem-se apenas às questões que digam respeito ao eventual contraste da Constituição com outras normas infraconstitucionais;
 - (B) a súmula vinculante conferirá eficácia geral e vinculante às decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal sem afetar diretamente a vigência de leis porventura declaradas inconstitucionais no processo de controle incidental;
 - (C) a reclamação prevista no art. 102, I, alínea I, da Constituição, destinada a preservar a competência e autoridade das decisões do Supremo Tribunal Federal não alcança atos administrativos desconformes à súmula;
 - (D) a preexistência de debate e discussão da matéria objeto da súmula vinculante autoriza sua edição com fundamento em decisão judicial isolada.

4. Assinale a alternativa correta acerca da ação direta de inconstitucionalidade:
 - (A) o Governador de Estado está legitimado para a propositura da ação direta de inconstitucionalidade, mas não detém capacidade postulatória que é privativa de advogados;
 - (B) a decisão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal que rejeita ou que declara a inconstitucionalidade de norma local em face da Lei Orgânica não interfere no processo ajuizado perante o Supremo Tribunal Federal acerca da mesma matéria;
 - (C) segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a relação de pertinência temática entre o objeto da ADI e a atividade da entidade de classe de âmbito nacional também deve ser demonstrada na ação proposta pelo Governador de Estado que impugna ato normativo de outro Estado;
 - (D) o controle abstrato de constitucionalidade de normas pré-constitucionais é feito por meio da ação direta de inconstitucionalidade como também por meio da arguição de descumprimento de preceito fundamental.

5. Assinale a alternativa correta:

- (A) em atenção ao princípio da simetria, será inconstitucional emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal tendente a permitir a recondução da Mesa Diretora para os mesmos cargos na eleição imediatamente subsequente, na mesma legislatura, vez que não mais irá reproduzir a vedação constante do art. 57, § 4º da Constituição;
 - (B) a interpretação conforme pode levar à declaração de constitucionalidade da lei, como também à declaração de inconstitucionalidade sem redução de texto;
 - (C) o processo de controle abstrato no âmbito da Justiça local tem tramitação paralela e independente de processo instaurado perante o Supremo Tribunal Federal com mesmo objeto e com fundamento em norma constitucional de reprodução obrigatória pelo Estado-membro;
 - (D) a decisão proferida em recurso extraordinário não tem eficácia *erga omnes* ainda que interposto em processo objetivo de controle de constitucionalidade.
-

6. A respeito da Ordem Econômica e Social da Constituição de 1988, assinale a alternativa correta:

- (A) a desigualdade das empresas e dos agentes econômicos de mercado é a característica de uma ordem econômica fundada na livre iniciativa e que se processa por meio da livre concorrência;
 - (B) a livre concorrência, no sentido do livre jogo das forças de mercado, parte de um quadro de desigualdade jurídico-formal;
 - (C) o princípio da solidariedade, principal fundamento da seguridade social, presta-se para assegurar o custeio de prestações devidas aos segurados que arcaram com o pagamento das contribuições respectivas;
 - (D) o princípio da reserva do financeiramente possível volta-se para obrigar a alocação máxima de recursos públicos nas ações definidas como prioritárias na Lei Orçamentária Anual.
-

7. Sobre os direitos políticos, assinale a alternativa correta:

- (A) a adoção de modelo proporcional para eleição de parlamentar, que depende dos votos atribuídos a outros colegas de partido ou à própria legenda não retira o caráter de eleição direta;
 - (B) plebiscito e referendo são instrumentos equivalentes de consulta à população e, como a iniciativa popular, são instrumentos da democracia direta;
 - (C) as limitações constitucionais aos direitos políticos compreendem a cassação, a perda e a sua suspensão;
 - (D) a Constituição exige que os partidos políticos estejam organizados, no mínimo, no âmbito estadual, que não recebam recursos financeiros de entidades ou governos estrangeiros, que prestem contas à Justiça Eleitoral, estando proibidos de utilizarem organizações paramilitares.
-

8. Sobre o Estado Federal, assinale a alternativa correta:

- (A) os Estados federados participam das deliberações da União, podendo dispor ou não do direito de secessão, caso o liame esteja consagrado, respectivamente, em um tratado internacional ou em uma Constituição;
 - (B) a intervenção federal pode recair sobre Estado-membro, Distrito Federal ou quaisquer Municípios;
 - (C) o poder de auto-organização conferido aos Estados-membros é um poder constituinte originário, vez que detêm a competência de conformar-se segundo sua Constituição local;
 - (D) a intervenção federal traduz-se na suspensão temporária das normas constitucionais que asseguram a autonomia da unidade federada atingida pela medida.
-

9. A repartição de competências prevista na Constituição permite afirmar que:

- (A) a delegação de competência da União aos Estados-membros opera-se por meio de lei ordinária específica;
- (B) não há hierarquia entre os entes da Federação, podendo-se reconhecer preponderância de interesse mais abrangente;
- (C) a competência da União para editar normas gerais determina a revogação da norma estadual previamente editada que contrarie a disciplina federal;
- (D) a competência dos Municípios para legislar sobre horário de funcionamento de farmácias, estabelecimentos comerciais e bancários decorre da natureza local desses assuntos.

10. Sobre o Poder Legislativo, é correto afirmar que:
- (A) o poder de investigação próprio das autoridades judiciais confere às CPIs o poder de requerer informações e documentos de órgãos públicos e decretar a indisponibilidade de bens e a quebra do sigilo bancário das pessoas por ela investigadas;
 - (B) a delegação legislativa ao Presidente da República se dá por meio de decreto legislativo do Congresso Nacional;
 - (C) configura usurpação de iniciativa reservada a lei de autoria parlamentar que fixa um prazo para o exercício da iniciativa privativa do Chefe do Executivo;
 - (D) a rejeição ao veto deve acontecer em sessão conjunta, com maioria qualificada de 2/3 dos deputados e senadores.
-
11. Em tema de direitos fundamentais, é correto afirmar que:
- (A) o direito à inviolabilidade de domicílio repele a ação estatal e de particulares e tem como titulares pessoas físicas e jurídicas;
 - (B) são inalienáveis os direitos morais e os patrimoniais das obras artísticas, literárias ou científicas;
 - (C) o direito fundamental de propriedade industrial e de marcas obsta alterações legislativas supervenientes;
 - (D) as jazidas afloradas na superfície integram a propriedade do solo, ao passo que as subterrâneas são de propriedade da União.
-
12. O crédito tributário **não** se extingue:
- (A) pela conversão de depósito em renda;
 - (B) pela dação em pagamento de bens imóveis;
 - (C) pela remissão;
 - (D) pela decisão administrativa definitiva.
-
13. Sobre as limitações ao poder de tributar, pode-se afirmar que:
- (A) a vedação à cobrança de tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada lei que os instituiu ou aumentou obsta à majoração de alíquotas do IOF e do IPI;
 - (B) a instituição de empréstimos compulsórios no caso de investimento público sujeita-se ao prazo nonagesimal;
 - (C) a vedação ao estabelecimento de diferença tributária entre bens e serviços de qualquer natureza é excetuada em caso de distinção fundada na procedência ou destino dos bens e serviços;
 - (D) é vedado instituir tratamento desigual entre contribuintes na mesma situação, resguardada a distinção decorrente da natureza jurídica dos rendimentos.
-
14. Assinale a alternativa correta:
- (A) a destinação legal do produto da arrecadação do tributo é essencial para a determinação de sua natureza jurídica;
 - (B) as reclamações e os recursos são causas suspensivas da exigibilidade do crédito tributário;
 - (C) a imunidade tributária dos livros e periódicos só alcança o papel neles utilizado se as obras tiverem destinação didático-educacional;
 - (D) o parcelamento é modalidade de exclusão do crédito tributário.

QUESTÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

15. Assinale a alternativa correta:
- (A) o pregão é a modalidade licitatória que se destina à aquisição de bens ou serviços comuns, em que há a inversão das fases de julgamento das propostas técnicas e da habilitação;
 - (B) os contratos de gestão celebrados por inexigibilidade de licitação entre organizações sociais e a Administração Pública visam ao cumprimento de metas de desempenho no prazo definido no ajuste;
 - (C) a parceria público-privada é um contrato administrativo de concessão em que a Administração assume parte dos riscos do empreendimento.
 - (D) nas concessões, a Administração transfere ao concessionário a titularidade do serviço, mas mantém o poder de direção e controle sobre sua execução.

16. Com relação aos contratos administrativos, assinale a alternativa correta:
- (A) a modificação do valor contratual para fazer face a acréscimos quantitativos de serviços de reforma de engenharia está limitada a 25% do valor inicial atualizado monetariamente.
 - (B) as alterações qualitativas do objeto contratado não estão sujeitas a limitação de valor e forma.
 - (C) os contratos emergenciais previstos no art. 24, IV da Lei nº 8.666/93 têm seu prazo limitado a 180 dias, salvo se persistir a situação emergencial ou calamitosa, hipótese que autoriza sua prorrogação.
 - (D) o instrumento formal de contrato pode ser substituído pela nota de empenho da despesa.
-
17. Segundo a disciplina legal das agências executivas e reguladoras, assinale a alternativa correta:
- (A) as autarquias e fundações públicas da Administração Pública federal qualificadas como Agências Executivas gozam da prerrogativa de celebrar contratos com dispensa de licitação em valor superior ao fixado para as demais autarquias e fundações públicas.
 - (B) as Agências Reguladoras são fundações públicas ou privadas de regime especial que possuem, em regra, maior autonomia e dirigentes com mandato fixo.
 - (C) as Agências Reguladoras têm a função de regular e controlar atividades que são objeto de concessão, permissão ou autorização, mas não detêm poder de polícia para fiscalizar ou impor limitações.
 - (D) a qualificação como Agência Executiva é feita por meio de lei de iniciativa privativa do Presidente da República.
-
18. Sobre as entidades paraestatais, é correto afirmar que:
- (A) os serviços sociais autônomos são criados por lei, mantidos por dotações orçamentárias ou contribuições parafiscais e integram a Administração Direta.
 - (B) as entidades de apoio prestam serviço público por delegação da Administração.
 - (C) as organizações sociais são pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atribuições, responsabilidades e obrigações são definidas no contrato de gestão celebrado com o Poder Público.
 - (D) as organizações da sociedade civil de interesse público são pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que dispensam a obtenção da qualificação.
-
19. Sobre a intervenção do Estado na propriedade privada, assinale a alternativa correta:
- (A) ocupação temporária se caracteriza pela utilização transitória, gratuita ou remunerada, de bem móvel ou imóvel de propriedade particular, para fins de interesse público.
 - (B) tombamento é uma intervenção na propriedade privada para proteger bens de valor histórico ou artístico que dá direito à indenização quando há restrição total do direito de propriedade.
 - (C) as servidões administrativas são perpétuas enquanto subsistir a necessidade do Poder Público e a utilidade do prédio serviente.
 - (D) a desapropriação por descumprimento da função social da propriedade urbana é da competência de Estados e Municípios que tenham plano diretor de ordenamento territorial.
-
20. A respeito dos atos administrativos, assinale a alternativa correta:
- (A) a convalidação de atos discricionários praticados por autoridade incompetente que não acarretam lesão ao interesse público nem prejuízos a terceiros é obrigatória para a autoridade competente.
 - (B) a revogação por motivos de oportunidade e conveniência administrativas alcança os atos vinculados e os de efeitos exauridos.
 - (C) o ato administrativo é nulo quando os motivos indicados como seu fundamento são falsos ou inexistentes.
 - (D) o controle judicial é sempre possível nos atos vinculados, mas não nos discricionários.
-

21. O controle externo exercido pelos Tribunais de Contas compreende:
- (A) o julgamento das contas dos administradores, responsáveis por bens e valores públicos e do titular do Poder Executivo.
 - (B) a aplicação de multa a terceiros que contrataram irregularmente com o Poder Público;
 - (C) a imputação de débito ou multa sujeita-se à revisão judicial, vez que suas decisões não têm eficácia executiva extrajudicial;
 - (D) o exame de representações sobre irregularidades ou ilegalidades, nos termos do art. 113 da Lei nº 8.666/93.
-
22. Com relação ao processo administrativo e contencioso, assinale a alternativa correta:
- (A) em atenção à supremacia do princípio da eficiência e da economia processual, a Administração Pública decide os processos administrativos segundo o princípio da verdade formal.
 - (B) as questões alusivas a direitos coletivos e difusos discutidas em processos administrativos admitem o contraditório, sendo a Administração Pública soberana para decidir a respeito dos interesses públicos.
 - (C) na fase de instrução probatória do procedimento administrativo é obrigatória a constituição de advogado para a garantia da ampla defesa.
 - (D) a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão pelos Tribunais de Contas não está sujeita à observância do contraditório e da ampla defesa.
-
23. Acerca dos atos administrativos, assinale a alternativa correta:
- (A) segundo o princípio da legalidade, o silêncio da Administração Pública não gera efeitos para o administrado.
 - (B) a licença é ato vinculado unilateral em que a Administração faculta o exercício de uma atividade a alguém, desde que preenchidos os requisitos legais pelo interessado.
 - (C) o objeto da revogação é sempre um ato inválido ou uma relação jurídica inválida dele decorrente.
 - (D) a revogação é um ato administrativo que extingue outro ato administrativo, efetivada por autoridade ou particular, desde que sempre motivada e fundamentada.
-
24. Acerca do regime dos servidores públicos, assinale a alternativa correta:
- (A) o vínculo dos agentes políticos com o Estado não é de natureza profissional, pois o que os qualifica para o exercício das funções não é a aptidão técnica, mas a qualidade de cidadão.
 - (B) servidores públicos são aqueles que mantêm com o Estado e com as pessoas jurídicas de direito privado da administração indireta vínculos de trabalho profissional.
 - (C) a seleção por concurso público para o desempenho de atividades exclusivas do Estado pode suprir vagas sob o regime celetista ou estatutário.
 - (D) depois de concluído o estágio probatório, o servidor público investido em cargo público não pode ser exonerado por excesso de despesas com pessoal.
-
25. Acerca da Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a alternativa correta:
- (A) considera-se despesa obrigatória de caráter continuado aquela decorrente de contrato administrativo cujo prazo de execução seja superior a dois exercícios.
 - (B) a declaração do ordenador de despesa de que a ação governamental tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual, compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias e a estimativa de impacto orçamentário são condições prévias para a desapropriação de imóveis urbanos na forma do art. 182, §3º da Constituição.
 - (C) para a verificação dos limites de gastos com despesas de pessoal não serão computadas as despesas decorrentes de decisões judiciais e da competência do mesmo período da apuração.
 - (D) o não cumprimento do limite de gastos com despesa de pessoal determina a imediata suspensão de todos os repasses de verbas federais ou estaduais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.
-

26. A disciplina acerca dos bens do Distrito Federal constante da Lei Orgânica do Distrito Federal estabelece que:
- (A) a indisponibilidade ou disponibilidade dos bens do Distrito Federal será definida por decreto do Poder Executivo;
 - (B) a comprovação do interesse público exigida para a desafetação de bens públicos está sujeita à prévia audiência da população interessada;
 - (C) a rede viária e respectiva infra-estrutura não se inserem nos bens do Distrito Federal;
 - (D) a preservação do conjunto urbanístico de Brasília não está condicionada às definições e critérios constantes do Decreto nº 10.829, de 2 de outubro de 1987.
-

27. Assinale a alternativa correta:

- (A) a inobservância ao princípio da moralidade pode configurar improbidade administrativa;
 - (B) a exigência de concurso público é obrigatória para o acesso a cargos ou empregos da Administração Pública direta, facultando-se sua realização em caso de empresas públicas e sociedade de economia mista;
 - (C) a responsabilidade civil objetiva do Estado atribui à Administração Pública o dever de indenizar eventos danosos decorrentes de fenômenos da natureza e fatos de terceiros;
 - (D) a descentralização administrativa supõe a transferência de atividades próprias da Administração Pública e atividades de direito privado.
-

28. Acerca das concessões, é correto afirmar que:

- (A) a concessão patrocinada sujeita-se a regime jurídico previsto na Lei nº 8.987/1995;
 - (B) a parceria público-privada é um contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa;
 - (C) a concessão administrativa tem por objeto único o fornecimento de mão-de-obra, fornecimento e instalação de equipamentos ou execução de obra pública;
 - (D) nas PPPs a contraprestação do parceiro público é devida a partir do início da execução dos serviços, pagos por medição de etapas executadas.
-

QUESTÕES DE DIREITO CIVIL

29. A alienação operada por ascendente em proveito de descendente é considerada:

- (A) lícita, desde que exista expresse consentimento dos demais descendentes, somado ao assentimento tácito do cônjuge do vendedor;
 - (B) anulável, exceto se os outros descendentes e o cônjuge do alienante tiverem consentido de maneira expressa;
 - (C) nula de pleno direito, a não ser que os demais descendentes hajam assentido expressamente;
 - (D) inexistente, salvante a hipótese de os outros descendentes e o cônjuge do vendedor consentirem expressamente.
-

30. Referindo-se ao contrato de seguro, tendo em conta as proposições abaixo, responda:

- I – mediante tal modalidade contratual, o segurador se obriga, através do pagamento do prêmio, a garantir interesse legítimo do segurado, relativo a pessoa ou a coisa, contra riscos predeterminados;
 - II – o princípio da boa-fé se avulta como de natureza relativa;
 - III – a minoração do risco no curso do contrato resulta sempre na redução do prêmio estipulado;
 - IV – o prazo prescricional da pretensão do segurado contra o segurador é de 2 (dois) anos.
- (A) são verdadeiras as alternativas I, II e III;
 - (B) são verdadeiras as alternativas III e IV;
 - (C) são verdadeiras as alternativas I e III;
 - (D) somente a alternativa I está correta.
-

31. O contrato de fiança, consoante disciplina o Código Civil, bem assim a mais atualizada jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:
- (A) caracteriza-se como contrato benéfico, porém admite interpretação extensiva;
 - (B) sobrevivendo insolvência ou incapacidade do fiador, não é dado ao credor exigir a sua substituição;
 - (C) afigura-se válida a cláusula inserta em contrato de locação por prazo certo que prorrogue a fiança até a entrega das chaves do imóvel, se expressamente aceita pelo fiador que não se exonerou do encargo;
 - (D) ao fiador que é demandado pelo pagamento da dívida não assiste o direito de exigir que sejam primeiro executados os bens do devedor.
-

32. Assinale a alternativa verdadeira:
- (A) nem todo contrato pode ser celebrado com o objetivo de gerar direitos a terceiros;
 - (B) no tocante às vantagens, não se cogita da possibilidade de os efeitos do contrato afetar o patrimônio do sujeito não contratante;
 - (C) no que diz respeito à criação de obrigações, os efeitos do contrato são restritos aos contratantes;
 - (D) o contrato preliminar sempre haverá de conter todos os requisitos essenciais do contrato definitivo a ser celebrado.
-

33. Assinale a alternativa errada:
- (A) não se afigura legitimamente habilitado a dispor de seus bens em testamento público aquele que não saiba ler;
 - (B) o testador deve preservar a legítima do filho adotivo;
 - (C) a deserção só pode ser ordenada em testamento e com expressa declaração de causa;
 - (D) o legatário não se torna senhor e possuidor do legado com a simples abertura da sucessão.
-

34. Avalie as assertivas que se seguem:
- I – em se tratando de obrigações nas quais exista solidariedade ativa, pode o devedor opor a um dos credores solidários as exceções pessoais oponíveis aos outros;
- II – pode um terceiro assumir a obrigação do devedor, desde que haja consentimento expresso do credor, ficando, contudo, nesta situação, exonerado definitivamente o devedor primitivo e extintas, automaticamente, todas as garantias que não se restabelecem, ainda que anulada a substituição;
- III – segundo o Código Civil, é nula toda e qualquer convenção de pagamento em ouro ou moeda estrangeira, bem como para compensar a diferença entre o valor desta e o da moeda nacional, estando revogadas as exceções antes previstas na legislação especial;
- IV – nas arras penitenciais, se a parte que as receber não executar o contrato, poderá aquela que as deu haver o contrato por desfeito, bem como exigir a sua devolução mais o equivalente, acrescido de atualização monetária, de acordo com índices oficiais regularmente estabelecidos, juros e honorários advocatícios. Não se afigura factível indenização suplementar nesta hipótese.
- Diante de tais proposições, é correto afirmar que:
- (A) todas as alternativas são verdadeiras;
 - (B) as alternativas I e II são verdadeiras;
 - (C) todas as alternativas são falsas;
 - (D) as alternativas I, III e IV são verdadeiras.
-

35. Aponte a proposição verdadeira:
- (A) é nulo o pacto antenupcial firmado mediante escritura pública, se não se operar o casamento;
 - (B) é obrigatório o regime da separação de bens no casamento da pessoa maior de 65 (sessenta e cinco) anos;
 - (C) os débitos contraídos por qualquer dos cônjuges na administração dos seus bens particulares e em benefício destes não obrigam os bens comuns, salvo se o regime adotado for o da comunhão universal;
 - (D) quando adotado o regime de participação final dos aqüestos, os cônjuges vivem sob verdadeira separação de bens, ou seja, cada um tem a livre administração de seus próprios bens, enquanto vigente a sociedade conjugal.

36. Assinale a alternativa verdadeira:
- (A) não podem os contratantes, ainda que diante de cláusula expressa, reforçar, diminuir ou extirpar a responsabilidade pela evicção;
 - (B) se parcial, mas considerável, for a evicção, não é lícito ao evicto optar entre a rescisão do contrato e a restituição da parte do preço correspondente ao desfalque sofrido;
 - (C) nos contratos de natureza onerosa, o alienante responde pela evicção, persistindo esta garantia, pouco importando que a aquisição, por exemplo, tenha se dado em hasta pública;
 - (D) não atendendo o alienante à denúncia da lide e sendo manifesta a procedência da evicção, deve o adquirente deixar de oferecer contestação, ou usar de recursos.
-
37. Considere as proposições abaixo e aponte a alternativa errada:
- (A) o comodato se qualifica como contrato *intuitu personae*, eis que o seu objeto não poderá ser cedido pelo comodatário, sob o mesmo título, a terceiro, por traduzir-se favorecimento pessoal;
 - (B) afigura-se relevante que o comodante seja o proprietário do bem que empresta, não bastando apenas que detenha a posse da coisa;
 - (C) o comodatário ostenta apenas a posse direta da coisa, não lhe sendo lícito locá-la;
 - (D) se o comodante usufrutuário morre, os nus-proprietários recebem a propriedade da coisa dada em comodato, sem a posse direta, que continua com os comodatários.
-
38. Em relação à posse, é correto afirmar:
- (A) duas ou mais pessoas podem, ao mesmo tempo, exercer poder físico de fato sobre a coisa, possuindo-a cada uma delas por inteiro;
 - (B) o compossuidor pode usar dos interditos até mesmo contra o seu consorte;
 - (C) o possuidor de má-fé responde pela deterioração da coisa, salvo se acidental;
 - (D) o possuidor de boa-fé tem direito aos frutos percebidos, mas sem o correspondente valor das despesas de conservação da coisa.
-
39. Assinale a proposição falsa:
- (A) é considerado nulo o casamento celebrado por pessoa que, destituída da competência exigida na legislação, exerça publicamente as atribuições de juiz de casamentos e, nessa condição, tenha feito o registro do ato no Registro civil;
 - (B) mostra-se anulável o casamento contraído por alguém que, no instante do consentimento, revelasse incapaz de assentir ou de manifestar inequivocamente aquele consentimento;
 - (C) afigura-se anulável o casamento daquele cuja idade mínima para casar não restou implementada;
 - (D) não se enquadra como anulável o casamento do menor em idade núbil, mesmo que não autorizado por seus representantes legais, se estes houverem, por qualquer modo, assentido na sua aprovação.
-
40. Dentre as alternativas abaixo, assinale a incorreta:
- (A) o princípio segundo o qual o nome da pessoa natural é imutável admite exceções, como, por exemplo, nas hipóteses de adoção;
 - (B) o pseudônimo adotado para atividades reputadas como lícitas encontra estofa na legislação;
 - (C) a mulher, mesmo após consumado o divórcio, ostenta o direito de continuar a usar o nome do marido, ainda que essa situação possa criar desconforto e constrangimento ao ex-esposo;
 - (D) a forma fundamental para adquirir-se o patronímico é a filiação, não se admitindo que se adquira por designação administrativa ou pelo uso.
-

41. Considerando os dispositivos constantes do Código de Defesa do Consumidor, aponte a alternativa falsa:
- (A) – a norma de que se cuida assegura o direito de modificação das cláusulas contratuais ou de sua revisão, configurando hipótese de aplicação do princípio da conservação dos contratos de consumo;
 - (B) – a legislação consumerista estabelece a tutela efetiva do patrimônio do consumidor, disso resultando que a indenização sempre será integral, salvantes as hipóteses de indenizações limitadas ou tarifadas, previstas em leis especiais reguladoras de setores das relações de consumo, como, por exemplo, o Código Brasileiro de Aeronáutica;
 - (C) – as ações coletivas para a tutela de direitos individuais homogêneos do consumidor, quando os lesados forem pessoas indeterminadas, ensejam “indenização fluida”;
 - (D) – a inversão do ônus da prova pressupõe a existência de uma vulnerabilidade processual específica, além da hipossuficiência inerente ao consumidor, não se mostrando tal inversão como uma obrigação do juiz, nem um direito subjetivo do consumidor.
-
42. Indique a proposição verdadeira, tendo como norte a legislação do consumidor:
- (A) a responsabilidade por danos do prestador de serviços, segundo o CDC, envolve as empresas ligadas à iniciativa privada e, quanto aos órgãos públicos, se restringe à administração direta, suas autarquias e fundações, excluindo-se as sociedades de economia mista e as empresas públicas;
 - (B) o desconhecimento do fornecedor acerca dos vícios de qualidade por inadequação dos produtos e serviços o exime de responsabilidade, não se aplicando, neste caso, excepcionalmente, a teoria do risco;
 - (C) quanto aos vícios de fácil ou aparente constatação, o prazo decadencial se inicia 10 (dez) dias após a entrega do produto ou ultimada a execução do serviço;
 - (D) verificando os pressupostos de incidência da desconsideração da personalidade jurídica da sociedade, poderá o juiz, independentemente de requerimento do consumidor, determinar que o ato de expropriação atinja os bens particulares de seus sócios.

QUESTÕES DE DIREITO COMERCIAL

43. Assinale a assertiva correta:
- (A) O juiz concederá a recuperação judicial do devedor, apenas na ausência de objeção, caso o plano tenha sido aprovado por Assembléia geral.
 - (B) O plano de recuperação judicial poderá sofrer alterações na assembléia geral, independentemente da concordância do devedor.
 - (C) A aprovação do plano de recuperação não implica novação dos créditos anteriores ao pedido.
 - (D) Os credores sujeitos ao plano de recuperação judicial estão obrigados a ele, mantendo-se as garantias anteriormente existentes sobre os bens, que só poderão ser liberados ou substituídos com anuência do titular da garantia.
-
44. Assinale a assertiva correta:
- (A) As sociedades não personificadas seguem o modelo das simples, respondendo seus sócios solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, observado o benefício da ordem.
 - (B) As sociedades de fato podem possuir um nome empresarial, que não goza de prestígio e proteção legais.
 - (C) Ocorrendo abuso da personalidade jurídica, não pode o juiz decidir que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidas aos bens particulares dos sócios.
 - (D) Os terceiros que realizam negócios com as sociedades de fato, podem intentar ação apenas contra os sócios isoladamente, que respondem de forma ilimitada e solidária.

45. Assinale a assertiva incorreta:

- (A) Para exercer o direito de recesso, na hipótese de mudança do objeto social pela maioria dos sócios, depende de acordo com a sociedade.
 - (B) Ponto empresarial é a valorização atribuída a um determinado imóvel, decorrente da atividade empresarial nele exercida.
 - (C) Debêntures são valores mobiliários que conferem direito de crédito perante a sociedade anônima emissora, nas condições do certificado, se houver, ou da escritura da emissão.
 - (D) O endosso impróprio não transfere a titularidade do crédito, mas tem a finalidade de transferir para a prática de um ato, em geral a cobrança do valor que representa.
-

46. Assinale a assertiva incorreta:

- (A) O contrato de consumo eletrônico internacional rege-se pelas cláusulas propostas pelo fornecedor estrangeiro, às quais adere o consumidor brasileiro.
 - (B) O titular do estabelecimento virtual responde pela veracidade e regularidade da publicidade de terceiros.
 - (C) O provedor de acesso à internet não é responsável pela publicidade a que se expõem os seus assinantes.
 - (D) Expressões como “ligue já” ou “os cem primeiros que ligarem terão desconto de 20%”, são características do marketing agressivo.
-

47. Assinale a assertiva incorreta:

- (A) As sociedades anônimas abertas contam com recursos captados junto ao mercado de capitais e sujeitam a sua administração à fiscalização governamental.
 - (B) Ações preferenciais são aquelas que atribuem ao titular uma vantagem na distribuição dos lucros da sociedade entre os acionistas.
 - (C) O mercado de capitais primário compreende a compra e venda, enquanto o secundário as operações de ações e outros valores mobiliários.
 - (D) O acionista não responde pela subcapitalização da companhia.
-

48. Assinale a assertiva correta:

- (A) A discussão a respeito da natureza da sociedade limitada, é relevante apenas na solução das condições para a cessão das quotas, a penhorabilidade destas e as implicações do falecimento do sócio.
 - (B) Nas sociedades limitadas, o regime disciplinar, inclusive em matéria de constituição e dissolução, rege-se sempre pelo Código Civil.
 - (C) Nas sociedades limitadas, os sócios não podem convencionar que os livros da sociedade somente poderão ser consultados ao término do exercício.
 - (D) O menor, assistido ou representado na forma da lei civil, pode ser sócio de sociedade limitada, mesmo que o capital não esteja totalmente integralizado, desde que não lhe seja atribuída a função de gerente.
-

49. Assinale a assertiva correta:

- (A) As expressões ou sinais de propaganda não podem conter a insígnia do estabelecimento.
 - (B) O estrangeiro pode exercer, individualmente, o comércio no Brasil, sendo necessário apenas que sua situação de permanência no país esteja regular.
 - (C) Nos termos da Lei nº 11.101/2005, a decretação da falência não suspende o prazo prescricional, bem as ações e execuções em face do devedor.
 - (D) Prorrogado o prazo de vencimento da duplicata, sem a anuência expressa do avalista, a sua responsabilidade subsiste.
-

50. Assinale a assertiva correta:

- (A) A ação revocatória pode ser ajuizada contra os terceiros adquirentes, mesmo se não tiveram conhecimento, ao se criar o direito, da intenção do devedor de prejudicar credores.
 - (B) O devedor em conluio com terceiro de má-fé pode se valer da boa-fé de outro terceiro para convalidar o ato fraudulento.
 - (C) A declaração de ineficácia subjetiva ou objetiva não é obstada pelo fato do ato ter sido praticado em razão de decisão judicial.
 - (D) Alguns atos praticados pelo falido durante o processo de recuperação judicial ou extrajudicial, são objetivamente ineficazes, mesmo quando amparados pelo respectivo Plano.
-

51. Assinale a assertiva incorreta:

- (A) O capital das sociedades por ações pode ser reduzido até o montante dos prejuízos acumulados, se houver perda, ou caso a Assembléia Geral julgue-o excessivo.
 - (B) Considera-se não escrito no título, entre outras, a cláusula proibitiva de endosso, bem como a que exclua ou restrinja direitos e obrigações.
 - (C) Os efeitos da homologação do plano de recuperação extrajudicial não podem ser pretéritos, mesmo que diga respeito ao valor ou a forma de pagamento de crédito titularizado por credor que assina o plano.
 - (D) O arrendamento mercantil pode ser constituído por documento público ou particular, devendo conter requisitos mínimos, como a descrição dos bens que constituem o objeto do contrato, com todas as características, e o valor da contraprestação ou sua formula de cálculo e reajuste.
-

52. Assinale a assertiva correta:

- (A) Na ação de busca e apreensão, embasada em contrato de alienação fiduciária, para conceder a liminar, não pode o juiz, de ofício, alterar cláusulas contratuais, ao argumento de que causam prejuízos ao consumidor.
 - (B) A transferência das ações nominativas da sociedade anônima, decorrente de ato de transmissão inter vivos, se opera mediante entrega do título e comunicação à sociedade.
 - (C) É lícito ao emitente de uma letra de cambio excluir ou restringir a sua responsabilidade cambial.
 - (D) O endosso pode ser parcial quando houver limitação escrita na cártula.
-

53. Assinale a assertiva correta:

- (A) O protesto da letra de cambio dentro do prazo de lei é condição necessária para a cobrança contra o sacador e seus avalistas, o aceitante e o respectivo avalista.
 - (B) Nota promissória ao portador ocorre quando ausente a identificação do beneficiário ou credor.
 - (C) Nas sociedades de responsabilidade limitada, a responsabilidade dos sócios é solidária, mas não subsidiária.
 - (D) A sociedade em conta de participação não pode ter firma ou denominação.
-

54. Assinale a assertiva incorreta:

- (A) O empresário individual e as sociedades nas quais os sócios tem responsabilidade ilimitada adotam, como nome empresarial, uma firma ou razão social.
 - (B) Sendo limitada a responsabilidade dos sócios, as sociedades possuem denominação ou firma.
 - (C) O título do estabelecimento, como elemento do fundo do comércio, tem valor patrimonial.
 - (D) As marcas de indústria ou de comércio, destinadas a caracterizar as mercadorias, não podem ser utilizadas como expressões ou sinais de propaganda, mesmo quando registradas em nome do mesmo titular ou nas classes correspondentes ao objetivo da propaganda.
-

55. Assinale a assertiva correta:

- (A) A falência cessa os efeitos do mandato, cabendo ao mandatário, de imediato, prestar contas de sua gestão ao juízo falimentar.
- (B) Os juros bancários posteriores à decretação da falência, debitados da conta do falido, devem ser creditados de novo, a não ser que o banco depositário desconhecesse a falência de seu cliente quando apurou o lançamento.
- (C) O credor de coobrigados solidários cujas falências sejam decretadas tem o direito de concorrer em apenas uma delas, pela totalidade de seu crédito.
- (D) A decretação da falência não suspende o exercício do direito de retenção sobre os bens sujeitos à arrecadação.

56. Assinale a assertiva incorreta:

- (A) O warrant é um título emitido pelos armazéns gerais, representativo da mercadoria depositada.
- (B) A ação de enriquecimento contra o emitente ou outros obrigados, que se locupletarem injustamente com o não pagamento do cheque, prescreve em dois anos contados do dia em que se consumou a prescrição prevista no artigo 59 e seu parágrafo, da Lei nº 7357.
- (C) O endossatário de duplicata sem aceite, mesmo desacompanhada de prova da entrega da mercadoria, pode executá-la contra o sacado, o endossante e o avalista.
- (D) O portador do cheque não pode recusar pagamento parcial.

QUESTÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Assinale a alternativa correta, considerando doutrina e jurisprudência prevalentes, nas questões a seguir:

57. Restando doze (12) dias do prazo para responder ação subordinada ao procedimento ordinário, o réu ingressa apenas com exceção de incompetência, relativa, do juízo de direito da 10ª (décima) Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília, Distrito Federal. A exceção é recebida pelo juiz, com suspensão do processo. Na decisão, proferida meses depois, intimadas as partes, o juiz acolhe a exceção, declinando da competência e, desde já, remetendo os autos para o juízo declarado competente, uma das Varas Cíveis da Circunscrição Judiciária de Ceilândia, Distrito Federal. O autor entra, tempestiva e regularmente, com recurso de agravo de instrumento no Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Pede o provimento do agravo, declarando-se competente a 10ª (décima) Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília, Distrito Federal. O relator admite o recurso para processamento. Nesse contexto, o prazo para o réu contestar a ação:

- (A) é de 12 (doze) dias, a contar da chegada dos autos ao juízo julgado competente pelo juiz, uma das Varas Cíveis da Circunscrição Judiciária de Ceilândia, Distrito Federal, independentemente de nova intimação;
- (B) é de 12 (doze) dias, a contar da intimação do réu da chegada dos autos ao juízo julgado competente pelo juiz, uma das Varas Cíveis da Circunscrição Judiciária de Ceilândia, Distrito Federal;
- (C) é de 12 (doze) dias, mas somente transcorrerá a partir do julgamento do recurso de agravo de instrumento pelo Tribunal de Justiça e da respectiva intimação do réu;
- (D) é de 15 (quinze) dias e somente transcorrerá a partir do julgamento do recurso de agravo de instrumento pelo Tribunal de Justiça e da respectiva intimação do réu.

58. Não se admite a reconvenção:

- (A) na ação monitória;
- (B) na ação de busca e apreensão fundada em alienação fiduciária;
- (C) na ação declaratória;
- (D) na ação popular.

59. Ferdinando da Silva Zenóbio, autor, representado regularmente por advogado, propôs ação subordinada ao procedimento ordinário contra Acácio Manoel Resende Costa, réu. Este, regularmente citado, não respondeu, não constituiu advogado, não interveio nos autos. Designou o juiz audiência para 02/08/2007. Compareceu apenas o advogado do autor, não tendo sido produzidas provas. Determinou o juiz a conclusão dos autos, o que foi feito na mesma data. Dias depois, em 07/08/2007, o cartório judicial recebeu do juiz os autos com a sentença, o que foi certificado pela escrivania. A sentença, com o pedido julgado procedente em parte, foi publicada no Diário da Justiça do dia 15/08/2007. Os termos iniciais dos prazos recursais das partes são:
- (A) 07/08/2007 para o autor e 02/08/2007 para o réu;
 - (B) 07/08/2007 para ambas as partes, autor e réu;
 - (C) 15/08/2007 para o autor e 07/08/2007 para o réu;
 - (D) 15/08/2007 para ambas as partes, autor e réu.
-
60. O perito deverá apresentar o laudo pericial em cartório no prazo fixado pelo juiz e pelo menos:
- (A) cinco dias antes da audiência de instrução e julgamento;
 - (B) dez dias antes da audiência de instrução e julgamento;
 - (C) quinze dias antes da audiência de instrução e julgamento;
 - (D) vinte dias antes da audiência de instrução e julgamento.
-
61. Os embargos à execução:
- (A) devem ser ofertados no prazo de dez dias, contados da data da juntada aos autos do mandado de citação;
 - (B) devem ser ofertados no prazo de dez dias, contados da data da intimação da penhora;
 - (C) devem ser ofertados no prazo de quinze dias, contados da data da juntada aos autos do mandado de citação;
 - (D) devem ser ofertados no prazo de quinze dias, contados da data da intimação da penhora.
-
62. O réu, em ação possessória, alegando ofensa à sua posse e pretendendo demandar proteção possessória e indenização pelos prejuízos resultantes da turbacão ou do esbulho cometido pelo autor, deve fazê-lo:
- (A) na contestação;
 - (B) em reconvenção;
 - (C) em ação autônoma;
 - (D) em oposiçãõ.
-
63. Prescrito o cheque, e não decorrido o prazo de dois anos da açãõ de locupletamento, prevista no artigo 61 da Lei do Cheque:
- (A) admite-se açãõ monitória ajuizada pelo credor, instruída com o cheque prescrito, desde que indique a causa da sua emissãõ;
 - (B) admite-se açãõ monitória ajuizada pelo credor, instruída com o cheque prescrito, dispensada a indicaçãõ da causa da sua emissãõ;
 - (C) não se admite açãõ monitória ajuizada pelo credor, instruída com o cheque prescrito, enquanto não decorrido o prazo de dois anos da açãõ de locupletamento;
 - (D) não se admite, em qualquer caso, açãõ monitória instruída com cheque prescrito.
-
64. Da decisãõ do juiz, concedendo liminar na açãõ civil pública:
- (A) cabem embargos à sua execuçãõ;
 - (B) não cabe recurso, devendo a parte, em caso de insurgência, impetrar mandado de segurança;
 - (C) cabe recurso de agravo, a que se poderá dar efeito suspensivo;
 - (D) cabe recurso de agravo, a que não se poderá dar efeito suspensivo.
-

65. No procedimento sumário:
- (A) admite-se o chamamento ao processo da seguradora, no caso de o réu, fornecedor do produto ou serviço, ter contratado seguro de responsabilidade civil, nos termos do artigo 101, II, do Código de Defesa do Consumidor;
 - (B) admite-se a ação declaratória incidental;
 - (C) não se admite o pedido contraposto;
 - (D) não cabe perícia.
-
66. O prazo do requerido, no pedido de exibição de documento, para responder é de:
- (A) dez (10) dias, a partir da sua intimação, sendo parte no processo;
 - (B) quinze (15) dias, a partir da sua intimação, sendo parte no processo;
 - (C) dez (10) dias, a partir da sua citação, sendo terceiro;
 - (D) quinze (15) dias, a partir da sua citação, sendo terceiro.
-
67. Designando o dia 05 de novembro de 2007 (05.11.2007), uma segunda-feira, para a audiência, o juiz omite-se quanto ao prazo para que as partes depositem em cartório o rol de testemunhas. Considerando que os dias 1º, quinta-feira, e 2 de novembro de 2007, sexta-feira (01 e 02.11.2007) são feriados forenses na Justiça do Distrito Federal; que o mês de outubro tem trinta e um (31) dias; que os dias dezessete, quarta-feira, dezenove, sexta-feira, vinte e dois, segunda-feira, e vinte e seis de outubro de 2007, sexta-feira (17, 19, 22 e 26.10.2007) são dias úteis; que o dia vinte e um de outubro de 2007 (21.10.2007) é um domingo, o prazo para que as partes depositem em cartório o rol de testemunhas é:
- (A) de até 22.10.2007;
 - (B) de até 26.10.2007;
 - (C) de até 17.10.2007;
 - (D) de até 19.10.2007.
-
68. Na liquidação por arbitramento, o recurso próprio do provimento judicial que a resolve é:
- (A) apelação, no duplo efeito;
 - (B) apelação, no efeito devolutivo;
 - (C) agravo retido;
 - (D) agravo de instrumento.
-
69. Citado o réu em seis de agosto de 2007 (06.08.2007), segunda-feira, para contestar ação ordinária no prazo de 15 (quinze) dias, seu advogado, acompanhando diariamente o processo pela internet, no sítio do TJDF, observa que, apenas em vinte e três de agosto de 2007 (23.08.2007), quinta-feira, é inserida a anotação de que o mandado de citação, cumprido, foi juntado aos autos em sete de agosto de 2007 (07.08.2007), terça-feira. Alegando que foi induzido a erro em face da omissão – comprovada - no andamento processual pela internet, o advogado do réu, no mesmo dia vinte e três de agosto de 2007 (23.08.2007), quinta-feira, requer a devolução do prazo de 15 (quinze) dias para contestar a ação. Argumenta que, mesmo ainda não implantado, efetivamente, no âmbito do juízo, o processo eletrônico, nos moldes da Lei nº 11.419, de 19/12/2006, mas mantido serviço oficial eletrônico de informações, este deve conter informações exatas sobre o andamento processual. Nesse quadro, deve o juiz da Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília:
- (A) deferir a devolução do prazo de 15 (quinze) dias para contestar a ação, fixando, como termo inicial, a data do requerimento, vinte e três de agosto de 2007 (23.08.2007), mesma em que o advogado ficou ciente da juntada aos autos do mandado de citação cumprido;
 - (B) deferir a devolução do prazo de 15 (quinze) dias para contestar a ação, fixando, como termo inicial, a data em que for intimado o advogado da decisão de deferimento do pedido de devolução;
 - (C) deferir o pedido de devolução do prazo de 15 (quinze) dias para contestar a ação, fixando, como termo inicial, a data em que for publicada em cartório a decisão de deferimento do pedido de devolução ;
 - (D) indeferir o pedido de devolução do prazo de 15 (quinze) dias para contestar a ação e considerar o réu revel.

70. Os embargos de terceiro:

- (A) podem ser contestados no prazo de 10 (dez) dias, cabendo, em regra, a argüição de fraude contra credores;
- (B) podem ser contestados no prazo de 10 (dez) dias, cabendo, em regra, a argüição de fraude à execução;
- (C) podem ser contestados no prazo de 15 (quinze) dias, cabendo, em regra, a argüição de fraude contra credores;
- (D) podem ser contestados no prazo de 15 (quinze) dias, cabendo, em regra, a argüição de fraude à execução.

QUESTÕES DE DIREITO PENAL

71. No tocante à tentativa de crime é correto afirmar:

- (A) Os atos preparatórios, a partir de quando são indispensáveis à consecução do crime, quando examinados sob a ótica da tentativa, podem ser objeto de punição.
- (B) Relativamente ao estelionato, a partir de quando o agente inicia a execução do seu crime, entregando ao vendedor um cheque obtido de forma fraudulenta, ainda que este tenha recusado o título em questão, após consulta feita ao serviço de proteção ao crédito, pode-se considerar que houve a tentativa.
- (C) Nos crimes qualificados não é certo afirmar que a tentativa começa ao dar-se início à realização do tipo, sendo indiferente se o autor começa primeiro com a ação do tipo qualificado ou com a do tipo fundamental.
- (D) Somente se pode ter o crime por tentado quando o agente começar a executar diretamente o próprio núcleo da ação penal proibida.

72. No tocante ao crime impossível é correto afirmar:

- (A) No crime de concussão, configura-se o flagrante preparado, ainda que o crime já se tenha consumado anteriormente pela mera exigência da vantagem indevida.
- (B) O flagrante esperado equipara-se ao flagrante forjado, pois tanto quanto nesta última situação, o agente da autoridade e a vítima deixam o sujeito agir, para surpreendê-lo no cometimento do fato.
- (C) Não se pune a tentativa de crime quando, por qualquer ineficácia do meio ou impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime.
- (D) Se a autoridade policial, sem ter sido artificialmente provocada, vem a conhecer previamente a iniciativa do agente, criando a partir de então, situação de precaução no sentido de surpreender o agente quando este intentar o ato criminoso, evitando, em função do aspecto surpresa, o resultado criminoso, não há se falar em crime putativo.

73. Assinale a alternativa correta:

- (A) Age em legítima defesa a pessoa que, após ter sido injuriada, persegue o ofensor e o agride.
- (B) A inimputabilidade de que cuida o art. 26 do Código Penal conduz à não condenação com isenção de pena.
- (C) Considerando o conceito da autoria colateral, segundo o qual todos os que participam da ação são responsáveis solidariamente, pode-se afirmar que no crime relacionado ao “jogo do bicho” tanto o banqueiro, como o intermediário ou o comprador são atingidos pela norma de extensão.
- (D) Verifica-se a chamada autoria mediata quando um agente pratica ação típica por intermédio de outrem, atue este com ou sem culpa.

74. Assinale a alternativa correta:

- (A) Admite-se a co-autoria no crime culposos.
 - (B) Pela teoria da equivalência das condições, o mero partícipe, ainda que não tenha diretamente realizado nenhum ato típico ou contribuído de qualquer modo para sua realização, responderá pelo crime em igualdade com os demais.
 - (C) Considera-se como participação de menor importância a atuação daquele que dá cobertura para o furto.
 - (D) O agente cuja atuação se restringe a dar cobertura para o roubo tem direito à redução da pena prevista no § 1º do art. 29 do CP, com a redação que lhe deu a Lei n. 7.209/84.
-

75. Assinale a alternativa correta:

- (A) Por ser mais benéfica ao sujeito, aplica-se a lei que vigorava ao tempo em que o mesmo mantinha dentro de seu domicílio arma de fogo sem registro, se após a entrada em vigor da nova Lei n. 10.826/2003 o mesmo continuou a mantê-la ilegalmente.
 - (B) Com a entrada em vigor da Lei n. 10.826/2003, nem todos os delitos nela previstos tiveram eficácia no prazo que a mesma fixou, ou seja, após cento e oitenta dias, pois dependiam de regulamentação. Em que pese isso, ainda que não ocorrida aludida regulamentação, não se pode ter por presumida a ausência de dolo, ou seja, a boa-fé, considerando-se a inexistência de fato típico, se o fato se deu antes do decurso do citado prazo.
 - (C) Considerando a reabertura, com o advento da Lei 10.826/2003, para a regularização ou destruição da arma de fogo possuída ilegalmente, foram beneficiados pela *abolitio criminis*, em razão da aplicação retroativa do estatuto, aqueles sujeitos que, na vigência da Lei n. 9.437/97, já tinham sido flagrados com a arma de fogo sem registro e estavam sendo investigados em inquérito policial.
 - (D) As condutas consistentes em possuir ou manter sob sua guarda acessório ou munição de uso permitido não constituem novas figuras incriminadoras, de forma que a Lei n. 10.826/2003 não pode ser considerada *novatio legis* incriminadora, podendo, portanto, retroagir para alcançar fatos ocorridos antes de sua vigência.
-

76. Relativamente aos crimes contra a honra é correto afirmar:

- (A) Se ao proferir a frase ofensiva à vítima, o autor não a relaciona a fato determinado, mas vago e impreciso, não há se falar em injúria, e sim em difamação.
 - (B) A imunidade penal do art. 142, inciso I, do Código Penal, abrange todas as ofensas irrogadas em juízo, inclusive contra o magistrado, em razão da garantia prevista no art. 133 da Constituição Federal que assegura a inviolabilidade do advogado nos limites da lei.
 - (C) Não é dado à empresa jornalística, sob pena de incorrer em crime de difamação, publicar ou transmitir notícia sobre determinado fato delituoso, quando verificado que o ofendido já cumpriu a pena a que tenha sido condenado em virtude dele.
 - (D) A imunidade prevista no art. 142, inciso I, do Código Penal, se justifica plenamente para assegurar às partes ou a seus procuradores o pleno exercício do *jus narrandi vel defendendi*, não havendo, por isso, como se limitar esse direito com a alegação de excesso que extravase a necessária discussão da causa.
-

77. Assinale a alternativa correta:

- (A) Quanto à recusa do advogado em depor, sob a alegação de sigilo profissional, é correto afirmar que a dispensa do depoimento não tem cabimento quando a inquirição não envolva matéria a que se esteja preso pelo sigilo necessário.
- (B) Em se tratando a desobediência, prevista no art. 330 do Código Penal, de um delito residual, sempre que houver a aplicação da sanção penal, a pena correspondente à mesma aplicada cumulativamente com aquela.
- (C) Nos crimes de desacato (Art. 331, CP), em razão da ausência de dolo, sem ânimo calmo e refletido, não há se falar em desacato.
- (D) Todas as assertivas anteriores são falsas.

78. Assinale a alternativa correta:

- (A) O delito de epidemia, basicamente, é caracterizado como hediondo.
 - (B) Na epidemia, não se considera que a conduta do agente está voltada a pessoas determinadas, ou seja, somente a alguns indivíduos, ainda que se imponha, na definição do delito, a determinação de lugar.
 - (C) No delito de epidemia não há se falar em forma culposa e qualificada pelo resultado.
 - (D) O delito de epidemia é classificado doutrinariamente como crime de perigo concreto, porquanto se consuma quando várias pessoas são infectadas pelo germe patogênico, o que caracteriza a difusão da moléstia, não admitindo, portanto, a forma tentada.
-

79. Assinale a alternativa correta:

- (A) A modificação das penas da associação ao tráfico, trazidas pela nova lei de drogas, interfere nas penas do crime de quadrilha voltada à prática dos demais crimes hediondos.
 - (B) O vínculo estável entre agentes com a finalidade da prática de uma série indeterminada de crimes consuma o delito de associação ao tráfico, independentemente da prática de qualquer realização concreta de tráfico ou financiamento ao tráfico de entorpecente, evidenciando o caráter autônomo e formal do delito associativo.
 - (C) Não há na nova lei de drogas previsão da associação eventual como causa de aumento de pena do crime de tráfico, o que anteriormente era extraído pela jurisprudência da redação do antigo art. 18, III, da Lei nº 6.368/76. Assim, é forçoso reconhecer que, neste ponto, a nova lei é mais benéfica, não retroagindo, contudo sobre os processos já julgados.
 - (D) A configuração do delito de associação criminosa independe da realização ulterior dos delitos compreendidos no âmbito de suas projetadas atividades, bastando que se impute a todos eles as infrações praticadas por determinados membros da *societas sceleris*.
-

80. Relativamente ao crime de homicídio, assinale a alternativa correta:

- (A) Afastado o privilégio da violenta emoção, subsiste impossibilitada, na mesma hipótese, a incidência da atenuante genérica homônima, prevista no art. 65, III, “c”, do Código Penal.
 - (B) Classifica-se, doutrinariamente, como crime de ação livre, em que pese se admita sua forma como de ação vinculada.
 - (C) A distinção fundamental entre o delito tipificado no art. 121, § 2º, inciso III, do Código Penal (homicídio qualificado pela tortura) e o crime de tortura qualificada pela morte (art. 1º, §3º, da Lei n. 9.455/97), é que neste último o resultado morte se dá por culpa.
 - (D) É caso de aumento de pena, no homicídio culposo, se o crime resulta de inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício, em que pese tais circunstâncias se circunscrevam ao próprio tipo do ilícito penal.
-

81. Relativamente ao princípio da Extraterritorialidade da Lei Penal brasileira, assinale a alternativa correta:

- (A) Consoante o Princípio da Justiça Universal, aplica-se a lei brasileira ao crime cometido fora do Brasil, que afete o interesse nacional.
 - (B) A sujeição de crime de genocídio à lei brasileira, quando praticado em território estrangeiro e o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil, configura a hipótese de extraterritorialidade condicionada.
 - (C) Aplica-se a lei brasileira à hipótese de crime praticado a bordo de navio da marinha mercante brasileira em porto estrangeiro.
 - (D) Todas as assertivas anteriores são falsas.
-

82. Em relação ao crime de constrangimento ilegal, assinale a alternativa correta:

- (A) Não admite a forma tentada.
- (B) O crime é sempre punido autonomamente.
- (C) O sujeito ativo impõe à vítima uma conduta indeterminada.
- (D) O fato somente é punido autonomamente se não constitui elemento ou circunstância agravante especial de outro tipo penal.

83. No que concerne aos crimes contra a administração pública, assinale a alternativa correta:

- (A) O excesso de exação e a facilitação ao contrabando são os únicos crimes funcionais inafiançáveis.
- (B) Funcionário público que vai à repartição à noite e arromba a janela para subtrair objetos comete peculato.
- (C) A ofensa feita contra funcionário público em razão de suas funções, por meio de carta, configura desacato.
- (D) A ação ou omissão do ato na corrupção passiva não configura causa de aumento de pena.

84. Qual o entendimento do Supremo Tribunal Federal relativamente ao art. 28 da Lei n. 11.343/2006 (Nova Lei de Tóxicos)?

- (A) Implicou *abolitio criminis* do delito de posse de drogas para consumo pessoal.
- (B) A posse de drogas para consumo pessoal continua sendo crime sob a égide da lei nova, tendo ocorrido, contudo, uma despenalização, cuja característica marcante seria a exclusão de penas privativas de liberdade como sanção principal ou substitutiva da infração penal.
- (C) Pertence ao Direito penal, mas não constitui "crime", mas uma infração penal *sui generis*; houve descriminalização formal e ao mesmo tempo despenalização, mas não *abolitio criminis*.
- (D) Não pertence ao Direito penal, constituindo-se numa infração do Direito judicial sancionador, seja quando a sanção alternativa é fixada em transação penal, seja quando imposta em sentença final (no procedimento sumaríssimo da Lei dos Juizados), tendo ocorrido descriminalização substancial (ou seja: *abolitio criminis*).

85. Relativamente à Lei nº. 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), é correto afirmar que:

- (A) Seguindo as tendências legislativa e judicial de facilitar e estimular a aplicação das penas restritivas de direitos, aí incluídas as de natureza patrimonial, aos casos de infração de menor e de médio potencial ofensivo, a Lei 11.340/06 permite a aplicação, ao condenado por violência doméstica, de penas alternativas de natureza patrimonial ou que possam resultar no pagamento de multa ou de cesta básica.
- (B) Dentre as medidas protetivas de urgência que o magistrado poderá ou deverá adotar para a proteção e assistência em favor da mulher vítima de violência doméstica, estão as seguintes: encaminhamento a programa oficial ou comunitário de atendimento e proteção; separação de corpos e garantia para o retorno ao domicílio; restituição de bens indevidamente subtraídos pelo agressor; suspensão de procurações conferidas pela ofendida ao ofensor e outras. Recebido o expediente com o pedido da ofendida, caberá ao juiz, decidir sobre o mesmo no prazo de vinte e quatro horas.
- (C) O artigo 41 da Lei nº. 11.340/2006, ao excluir a aplicação da Lei nº. 9.099/95, pretendeu, somente, vedar a aplicação dos institutos despenalizadores nela previstos, como a composição civil e a transação penal, instrumentos impeditivos da persecução criminal contra o agressor.
- (D) Configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, impondo-se para aplicação dos efeitos desta Lei a existência de convivência e coabitação.

QUESTÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

86. Assinale a alternativa correta:

- (A) A invocação do princípio do contraditório não obsta a revogação, de pronto, do benefício da suspensão condicional da pena.
- (B) A concessão de indulto é medida de natureza extraordinária, de competência privativa do Presidente da República que está, no entanto, impedido de impor restrições ao benefício.
- (C) O livre acesso aos terminais do instituto de identificação, não fere direito daqueles protegidos pelo manto da reabilitação.
- (D) Após o trânsito em julgado da sentença condenatória, e expedido a respectiva carta de guia, pode o juiz que a proferiu, esteado na periculosidade presumida do réu, impor medida de segurança.

87. Assinale a alternativa correta:

- (A) É lícito ao juiz avaliar por antecipação testemunhas, do mesmo modo que pode pretender substituíam as partes depoimentos testemunhais formalizados por declarações escritas particulares.
 - (B) Admissível que as declarações extrajudiciais colhidas sem garantia do contraditório constem nos autos; contudo, só poderão ser levadas em conta como elementos informativos de produção unilateral.
 - (C) Arrolando a defesa testemunhas com o compromisso de comparecimento a audiência independentemente de intimação e não comparecendo as mesmas, constitui cerceamento de defesa à decisão do juiz que julga preclusa a referida prova testemunhal.
 - (D) A declaração do co-réu que, confessando sua participação no delito, aponta o seu comparsa, não merece credibilidade.
-

88. Assinale a alternativa correta:

- (A) Não fere o art. 574 do CPP a decisão que, na ausência do recurso do réu, vale-se da acusação tendente a exasperação da pena, para minorá-la.
 - (B) A intempestividade dos recursos tanto pode derivar de impugnações prematuras quanto decorrer de oposições tardias. Em qualquer das duas hipóteses, a consequência de ordem processual é uma só: o não conhecimento do recurso, por efeito de sua extemporânea interposição.
 - (C) Não implica vício de nulidade a decisão proferida em recurso *ex-officio* que não constar da pauta de julgamento.
 - (D) Contrariamente com o pensamento doutrinário, nas instâncias superiores a jurisprudência, reiteradamente, adota o princípio do “*reformatio in melius*”, onde se beneficia o réu, em recurso unicamente da acusação.
-

89. Assinale a alternativa correta:

- (A) Faz *jus* ao benefício previsto no art. 607 do CPP (protesto por novo júri) o condenado a pena que somente supera o limite de 20 (vinte) anos em razão do concurso material de crimes.
 - (B) Não é nulo o julgamento ulterior pelo Tribunal do Júri com a participação de jurado que funcionou em julgamento anterior do mesmo processo.
 - (C) A súmula guarda caráter vinculativo, servindo, sempre, como uma obrigação para o Tribunal. De qualquer forma, a adequação do fato ao enunciado não impõe o seu acatamento.
 - (D) Imprecisão na notícia do julgamento não invalida a intimação do acórdão corretamente publicado no Diário da Justiça.
-

90. Assinale a alternativa correta:

- (A) Não cabe revisão criminal sob a alegação de que a sentença condenatória é contrária a texto expresso da lei penal ainda quando há mudança de jurisprudência em favor da tese sustentada pelo acusado.
 - (B) A revisão presta-se a avaliação de teses divergentes sob ponto doutrinário/jurisprudencial, com intuito de aplicar solução mais benigna ao sentenciado.
 - (C) Incabível a revisão criminal contra decisão condenatória que deixou de considerar fato relevante, ainda que não alegado, nem provado oportunamente pela defesa.
 - (D) Admite-se o pedido revisional que busca a desclassificação do crime e diminuição da pena mesmo sem elemento novo capaz de convencer de ter sido a decisão contrária a evidência dos autos.
-

91. Assinale a alternativa correta:

- (A) O magistrado, sob o amparo do princípio da busca da verdade real, não pode tomar a iniciativa de determinar a produção de provas.
- (B) O princípio da identidade física do juiz está consagrado no sistema processual penal pátrio.
- (C) Não existe julgamento antecipado da lide no direito processual penal pátrio.
- (D) Está o juiz obrigado a determinar a reinquirição de pessoa que, interrogada como co-ré, veio a ser excluída da ação penal por ser inimputável.

92. Assinale a alternativa correta:

- (A) Recebido o aditamento, que corresponde ao recebimento da inicial da denúncia, pode o magistrado voltar à capitulação anterior, já que isso não representa revogação do despacho que recebeu a denúncia original.
 - (B) A ausência de fundamentação do despacho de recebimento de denúncia por crime falimentar enseja nulidade processual, mesmo se já houver sentença condenatória.
 - (C) Omissão de formalidade essencial do ato, como o recebimento de denúncia sem manifestação e assinatura do juiz, induz a idéia de ato praticado por outrem, gerando, por isso, nulidade *ab initio* do processo.
 - (D) Depois de oferecida a denúncia e antes de decidir se a recebe, cabe ao juiz sobrestar a persecução até que o Ministério Público tenha vista de documento juntado pela defesa.
-

93. Assinale a alternativa correta:

- (A) No Tribunal do Júri a imputação é feita pelo libelo, que se apóia na sentença de pronúncia. A denúncia, nesse procedimento, não é peça de imputação ao Colegiado; ao contrário, mero pressuposto da pronúncia, cujo conteúdo é submetido ao contraditório. A pronúncia, por isso, pode excluir qualificadora narrada na denúncia.
 - (B) A manifestação do defensor, na fase do art. 406 do CPP, pela pronúncia do acusado, não acarreta a nulidade do processo.
 - (C) Se a denúncia imputa ao réu crime de homicídio qualificado e, na sentença de pronúncia, o juiz monocrático mantém a decisão contida na peça acusatória, pode o Tribunal, em sede de recurso em sentido estrito, excluir circunstância qualificante.
 - (D) Não extrapola os limites da sentença de pronúncia a decisão do órgão colegiado de segundo grau que, examinando o recurso em sentido estrito, faz análise valorativa da prova.
-

94. Assinale a alternativa correta:

- (A) A participação do membro do Ministério Público na fase investigatória criminal acarreta o seu impedimento ou suspeição para o oferecimento da denúncia.
 - (B) A decisão proferida pelo Juízo Estadual, que ordena o arquivamento de investigação policial por não vislumbrar a prática de crime de sua competência, afeta, em absoluto, a apuração de ocorrência de delito de competência da Justiça Federal.
 - (C) A autoridade policial, no exercício da função da polícia judiciária, exerce jurisdição, pelo que se pode imputar aos seus atos vícios decorrentes de competência "*ratione loci*".
 - (D) O boletim policial não é documento hábil à comprovação da efetiva ocorrência de fato nele narrado.
-

95. Assinale a alternativa correta:

- (A) Admissível a condenação de agente mesmo quando a sentença estriba-se tão-somente na prova produzida no inquérito policial e na confissão ali contida.
 - (B) A retratabilidade da confissão é um direito do réu. Entretanto, pode o juiz, se entender desnecessário o reinterrogatório, indeferi-lo, sem com isso, configurar cerceamento de defesa. (M. Amaro – pág. 260).
 - (C) Se interessa ao impetrante – paciente comprovar álibi que o inocente do crime pelo qual se acha condenado e cumprindo pena, assiste-lhe o direito de requerer a realização de justificação judicial. Não constitui, porém, nulidade, reparável por "*habeas corpus*", a falta de determinação "*ex officio*" da providência em recurso de revisão.
 - (D) Embora seja o interrogatório judicial meio de defesa e fonte de prova, não está ele sujeito ao princípio do contraditório. No entanto, constitui nulidade a ausência do defensor do réu.
-

96. Assinale a alternativa correta:

- (A) De acordo com a orientação do STJ, pelo fato de não ter a Constituição Federal tratado a investigação criminal como função exclusiva da Polícia Judiciária, não é defeso ao Ministério Público presidir inquérito policial propriamente dito.
 - (B) As omissões ou irregularidades da procuração outorgada pelo querelante, com exceção àquelas que se refiram a “*legitimatío ad causam*”, consoante o entendimento do STJ e TJDFT podem ser sanadas a qualquer tempo, ainda que após o prazo decadencial.
 - (C) Compete ao Supremo Tribunal Federal dirimir conflito negativo de atribuições entre o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e o Ministério Público Estadual.
 - (D) Por prerrogativa de função, o Secretário de Estado do Distrito Federal que pratica o crime de homicídio será processado e julgado originariamente pelo Conselho Especial do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.
-

97. Assinale a alternativa correta:

- (A) O indivíduo foi denunciado pelo órgão do Ministério Público pela prática do crime tipificado no art. 7º, IX, da Lei nº 8.137/90 (crime contra as relações de consumo), que comina pena de detenção de 2 (dois) a 5 (cinco) anos ou multa. Nessa situação e, de acordo com o STF, não é cabível a suspensão condicional do processo.
 - (B) Tratando-se de Ação Civil “*ex delicto*”, objetivando a reparação do dano, o entendimento predominante no STJ é no sentido que o início do prazo prescricional para o seu ajuizamento começa a fluir a partir da data da consumação do fato delituoso.
 - (C) O assistente do Ministério Público, consoante entendimento do STF, tem legitimidade para interpor recurso em sentido estrito da pronúncia, visando obter o reconhecimento da qualificação do homicídio.
 - (D) A oitiva do réu acerca do desaforamento requerido pelo Ministério Público, de acordo com a orientação do STF, não constitui pressuposto ou requisito para a decisão judicial, bastando, para tanto, seja ouvido o Procurador-Geral de Justiça.
-

98. Assinale a alternativa correta:

- (A) À Turma Recursal, de acordo com o entendimento do STF, compete a apreciação do mérito de apelação criminal por condenação pela prática de crime de imprensa.
 - (B) Nos crimes de imprensa, uma vez reconhecido o direito de resposta, o termo inicial do prazo prescricional é a data em que o provimento judicial alusivo ao reconhecimento do direito de resposta não mais puder ser atacado mediante recurso possuidor de efeito suspensivo.
 - (C) Proferida a sentença de pronúncia, a demora no julgamento do réu, de acordo com a orientação prevalente no STF, não caracteriza constrangimento ilegal por excesso de prazo, mesmo após 5 (cinco) anos o período de prisão cautelar.
 - (D) Ao reabilitado é assegurado o sigilo das condenações criminais anteriores na sua folha de antecedentes, não devendo ser excluídos dos terminais dos institutos de identificação criminal, no entanto, os dados relativos a inquéritos policiais arquivados, a absolvição do acusado por sentença penal transitada em julgado e a decisão que tenha reconhecido a prescrição da pretensão punitiva do Estado.
-

99. Assinale a alternativa correta:

- (A) O crime habitual, cuja consumação se dá através da prática de várias condutas, como o delito de casa de prostituição, de acordo com o STF e STJ, não admite prisão em flagrante.
- (B) Consoante entendimento do STF, são insuscetíveis de liberdade provisória os crimes de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito, comércio ilegal de arma de fogo e tráfico internacional de arma de fogo.
- (C) O juízo da falência, de acordo com o STJ, não possui competência para receber denúncia também quanto aos crimes conexos aos falimentares, como o estelionato praticado pelos sócios da empresa, em período imediatamente anterior a decretação da falência.
- (D) A remissão, prevista no ECA, não implica o reconhecimento ou comprovação de responsabilidade, bem como não prevalece para efeitos de antecedentes, equiparando-se ao instituto da transação previsto no âmbito dos Juizados Especiais Criminais.

100. Assinale a alternativa correta:

- (A) Compete ao STF processar e julgar “*habeas corpus*” impetrado contra ato de Turma Recursal do Juizado Especial Criminal.
 - (B) No caso de excesso de prazo de internação provisória de adolescente, aplica-se, por analogia, o enunciado sumular do STJ segundo o qual: “*Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento ilegal*”.
 - (C) Na hipótese de desclassificação do crime doloso praticado por militar contra civil, feita pelo próprio Tribunal do Júri, de acordo com o entendimento do STF, ao invés de o Juiz-Presidente proferir a sentença deverá encaminhar os autos à Justiça Militar, que tem jurisdição para o julgamento do feito.
 - (D) Por estar prescrita em lei complementar, a intimação do Defensor Público, conforme o entendimento do STF, deve ser realizada pessoalmente, mesmo nos processos de competência dos Juizados Especiais Criminais.
-

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO D.F. E DOS TERRITÓRIOS
CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA JUSTIÇA DO D.F. E
DOS TERRITÓRIOS

Gabarito definitivo da prova objetiva realizada no dia 04/11/2007

1. B	28. B	55. A	82. D
2. C	29. B	56. C	83. A
3. B	30. D	57. B	84. B
4. C	31. C	58. D	85. Anulada
5. B	32. C	59. C	86. A
6. A	33. A	60. D	87. B
7. A	34. C	61. C	88. B
8. D	35. Anulada	62. A	89. D
9. B	36. C	63. B	90. A
10. C	37. B	64. C	91. C
11. A	38. B	65. A	92. C
12. Anulada	39. A	66. C	93. A
13. Anulada	40. D	67. A	94. D
14. B	41. B	68. D	95. C
15. C	42. D	69. D	96. C
16. D	43. D	70. B	97. C
17. A	44. B	71. B	98. B
18. C	45. A	72. D	99. D
19. C	46. B	73. C	100. C
20. C	47. C	74. A	
21. D	48. A	75. B	
22. D	49. B	76. C	
23. B	50. C	77. A	
24. A	51. C	78. B	
25. B	52. A	79. B	
26. B	53. D	80. C	
27. A	54. D	81. D	